Octaviano Silva - Adv. representante da O.A.B. - DF.

DISTRIBUIÇÃO

V — Reintegração de Posse

Nº 000898-PG — Autores: INPS — IAPAS — Réus: Manoel Cardoso Vieira e Jecy dos Santos Vieira — Ao: MM: Juiz Federal da 3ª Vara, Dr. José Alves de Lima

XII — Requerimento

Nº 000860 - PG — Reptes: Dirley Coque-mala e Outros — Reqda: ECT — Ao: MM. Juiz Federal da 3ª Vara, Dr. José Alves de Lima.

Brasília, 28 de novembro de 1980.

VARAS E SECRETARIAS

JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA

Juizes Federais — Dr. José Bolivar de Souza — Em férias regulares — Dr. José Costa Filho

Diretor de Secretaria Substituto — Bel.: Luiz de Sales Neto.

EXPEDIENTE DO DIA 30 DE JANEIRO DE 1980

CLASSE II

Mandado de Segurança

Processo 850/79 — Impetrante: Manoel Carvalho Neto e outros — Adv.: Benedito Aparecido Carvalho Ramos e Clésia Puttini C. Ramos — Impetrado: Diretor Geral da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda — ESAF — Sentença: Ex Positis. Concedo a Segurança. Custas na forma da Lei. Sentença sujeita a duplo grau de jurisdição. P. R. I. Brasília, 25 de janeiro de 1980. — José Costa Filho.

Processo nº 849/79 — Impetrante: Fauzi Nacur — Adv.: Dr. Demetrio Soares Teixeira — Impetrado: Diretor da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda — ESAF — Sentença: Ex Positis. Concedo a Segurança. Custas na forma da Lei. Sentença sujeita a duplo grau de jurisdição. P. R. I. Brasília, 24 de janeiro de 1980 — José Costa Filho

Processo 856/79 — Imprante: Newton Carneiro Lobo — Adv.: Dr. João Sebastião de Faria — Impetrado: Diretor Geral da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda — ESAF — Sentença: Ex Positis. Concedo a Segurança. Custas na forma da lei. Sentença sujeita a duplo grau de jurisdição. P. R. I. Brasília, 28 de janeiro de 1980 — José Costa Filho

CLASSE V

Ações Diversas

Processo — Embargos à execução — Ref. Exec. Fiscal nº 6.798/78 — Embargante: Renae S/A — Rede Nacional de Educação, Sucessora do Curso Pré Universitário de Brasília Ltda. — Adv.: Dr. José Freire Napoleão e Maria do Rosário Viente — Embargado: IAPAS — Adv.: Dr. Amaro Gomes Pedroza Junior. — Fica intimada a embargante a pagar as custas no valor de Cr\$ 14.519,00 (quatorze mil quinhentos e dezenove cruzeiros) — Br. 29.1.80.

Processo — Embargos à execução — Ref. Exec. Fiscal nº 251/78 — Embargante: Pedro França Filho — Adv.: Dr. Benedito Oliveira Brauna — Embargada: CEF — Adv. Dr. Alcides de Souza — Fica intimado o embargante a pagar as custas no valor de — Cr\$ 10.399,00 (dez mil trezentos e noventa e nove cruzeiros) — Br. 29.1.80.

Processo — Embargos à Execução — Ref. Exec. Fiscal nº 7.753/80 — Embargante: Abdala Carim Nabut — Adv.: Dr. Raul Queiroz Neves — Embargada: União Federal — Fica intimado o embargante a pagar as custas no valor de Cr\$ 509,00 (quinhentos e nove cruzeiros) — Br. 29.1.80.

Processo — Embargos à execução — Ref. Exec. Fiscal nº 6.835/78 — Embargante: Serv - Car - Peças e Serviços Ltda. — Adv.: Dr. Benedito Oliveira Brauna — Embargado: BNH — Representado pela IAPAS — Adv.: Dr. Amaro Gomes Pedroza Junior

— Fica intimada a embargante a pagar as custas no valor de Cr\$ 1.128,00 (hum mil cento e vinte e oito cruzeiros). — Br.29.1.80.

CLASSE X
Ações Sumaríssimas

Processo 58/79 — Autora: Maria Carvalho Silva — Adv.: Dra. Hilda Rodrigues Martins — Ré: União Federal — Certidão: Foi designado o dia 10 de abril de 1980 às 14:00 horas para audiência de Instrução e Julgamento — Br. 10.12.79.

CLASSE XII
Procedimentos Cíveis Diversos

Processo 04/80 — Requerimento — Requerente: Altamiro Silva Abreu — Adv.: Dra. Ivone da Silva Santos — Despacho: — A. A. Conclusão. Br. 23.1.80. José Costa Filho.

A seguir sentença à publicação do processo nº 7.714/792.

Brasília, 30 de janeiro de 1980 — Luiz de Sales Neto, Diretor de Secretaria Substituto da 1ª. Vara.

CLASSE III

Processo nº 7.714/79 — Exequeute: Cons. Reg. de Engenharia Arq. e Agronomia do DF. — Crea — Advogado: Dr. Juracy Figueiredo de Magalhães Chaves — Executado: Mundial — Cons. e Manutenção de elevadores Ltda.

Vistos, etc.

Trata-se de Execução Fiscal para cobrança de multa por infração conforme certidão de dívida ativa de fls. 3.

O devedor efetuou o pagamento do débito e custas processuais, conforme guias de recolhimento às folhas 6v e 7 e petição do Exequeute à folha 11.

Isto posto, satisfeita a obrigação, extingue-se a execução (art. 794, I, do CPC).

Por tais fundamentos, declaro extinta a presente execução pelo pagamento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Arquivem-se os presentes autos, após a competente baixa do processo no Serviço de Distribuição.

P.R.I.

Brasília, 25 de janeiro de 1980. — José Costa Filho., Juiz Federal da 1ª. Vara.

JUÍZO FEDERAL DA TERCEIRA VARA

Juizes Federais: Drs. Jesus Costa Lima em Exercício Pleno na 3ª Vara e José Alves de Lima, em Férias Regulamentares.

Diretor de Secretaria: Dr. Marco Antonio Rocha Samarcos.

EXPEDIENTE DO DIA 30.1.80

Processos Despachados pelo MM. Juiz Federal — Dr. Jesus Costa Lima:

CLASSE I
Ação Ordinária

Nº 346-G/72 — Autor: Antonio Carlos Maireri — Advogado: Dr. Esly Schettini Pereira — Réu: IAPAS — Despacho de Fl. 161: Vista ao IAPAS. Em 25.1.80 — Jesus Costa Lima

Nº I-120/79 — Autor: IAPAS — Advogado: Dr. Joaquim Oliveira A. da Cunha — Réu: Walfredo Alves — Despacho de Fl. 023: J. Suspenda-se o Processo. Em 29 de janeiro de 1980. — Jesus Costa Lima

Nº I-114/79 — Autores: Vicente Ottoboni, s/mulher e outros — Advogado: Dr. João Gomes Netto — Réus: União Federal e FUNAI — Despacho de Fl. 291. Subam ao Supremo Tribunal Federal. Anote-se. Em 29.1.80. — Jesus Costa Lima.

CLASSE III
Execução Fiscal

Nº III-522/75 — Exequeute: SUNAB — Advogado: Dr. Lorival Vieira Fernandes — Executado: Cícero Gonçalves Rosa — Des-

pacho de Fl. 042: Vista à SUNAB. Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima

Nº III-869/77 — Exequeute: INPS — Advogado: Dr. Emmanuel de Sá Roriz Jr. — Executado: Instituto de Estudos Avançados Inesa — Despacho de Fl. 10: J. Mantenha-se suspensa a Execução. Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima.

Nº III-1.018/78 — Exequeute: INPS — Advogado: Dr. Emmanuel de Sá Roriz Jr. — Executado: Avila e Abdala Ltda. Suc. da Panificadora e Confeitaria Imperial Ltda. — Despacho de Fl. 14: J. Suspenda-se a Execução. Em 29 de janeiro de 1980 — Jesus Costa Lima.

Nº III-1.395/79 — Exequeute: INPS — Advogado: Dr. Joaquim O. A. da Cunha — Executado: B. Tenório de Lima — Despacho de Fl. 010: Ao Exequeute para indicar leiloeiro público. Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima.

Nº III-1.400/79 — Exequeute: INPS — Advogado: Dr. Wilson Camargo — Executada: Conta-Contabilização e Organização Ltda. — Despacho de Fl. 13: Ao Exequeute para indicar leiloeiro público. Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima

Nº III-1.455/79 — Exequeute: INPS — Advogado: Dr. Emmanuel de Sá Roriz Jr. — Executado: Joel Viana — Despacho de Fl. 011: Vista ao Exequeute: Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima

Nº III-972/77 — Exequeute: INPS — Advogado: Dr. Amaro Gomes Pedroza Junior — Executada: Viação Alvorada Ltda. — Despacho de Fl. 044: Intime-se o Exequeute para indicar leiloeiro público. Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima

CLASSE IV
Execuções Diversas

Nº IV-212/79 — Agravo de Instrumento Ref. a Execução de Incompetência Ref. à Execução Hipotecária Nº IV-212/79 — Agravantes: Anna Barbosa Paiva e Outros — Advogados: Dr. Márcio Ribeiro de Campos — Agravado: Banco Central do Brasil — Advogados: Drs. Décio Nunes Teixeira e Eduardo da R. Guimarães — Despacho de Fl. 95 vº: mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos. Subam ao Colendo Tribunal Federal de Recursos. Anote-se. Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima

CLASSE XI
Reclamação Trabalhista

Nº XI-72/78 — Reclamante: Antonio de Andrade Azevedo — Advogado: Dr. Carlos Celso da Silva — Reclamada: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SU-DEPE) — Advogado: Dr. Raimundo Nonato N. Eulálio — Despacho de Fl. 157: Subam ao Colendo Tribunal Federal de Recursos. Anote-se. Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima

SENTENÇAS

CLASSE I
Ação Ordinária

Nº I-112/79 — Autora: União Federal — Réu: Alberto Telles Netto — Advogado: Dr. Luthero Vieira — Sentença de Fl. 069 — Conclusão: 21.1.80 — Vistos, etc... — ... julgo extinto o processo. P.R.I. arquivem-se e anote-se. Brasília, 22 de janeiro de 1980. — Jesus Costa Lima

CLASSE III
Execução Fiscal

Nº III-1.517/80 — Exequeute: União Federal — Executado: Bar e Restaurante Candanguihno Ltda. — Sentença de Fl. 08: — Conclusão: 28.1.80 — Vistos, etc... — ... julgo extinto o processo nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil. Ciência ao Procurador da República. P.R.I. e anote-se. Brasília, 29.1.80 — Jesus Costa Lima

CLASSE V
Ações Diversas

AÇÃO DE DESPEJO

Nº V-109/79 — Autor: Aryovaldo Luiz Boner — Advogado: Dr. José Djalma Silva Bandeira — Ré: Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos — EBTU — Sentença de Fl. 021 — Conclusão: 24.1.80: Vistos, etc... — ... Homologo, afim de produza os seus jurídicos e legais efeitos, a desistência requerida por Aryovaldo Luiz Boner. Custas pagas. P.R.I. — Arquivem-se e anote-se. Em 29.1.80 — Jesus Costa Lima. Brasília, 30 de janeiro de 1980. — Marco Antonio Rocha Samarcos, — Diretor de Secretaria da 3ª. Vara.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Este Regimento regulamenta a organização e a competência do Superior Tribunal Militar, o processo e o julgamento dos feitos que lhe são conferidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelas leis, e dá outras providências.

PARTE I

DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

TITULO I

Do Tribunal

CAPITULO I

Da Composição do Tribunal

Art. 2º O Tribunal, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de quinze ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo três entre oficiais-generais da Marinha, quatro entre oficiais-generais do Exército e três entre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da Ativa, e cinco entre civis, maiores de trinta e cinco anos, dos quais três cidadãos de notório saber jurídico e idoneidade moral, com mais de dez anos de prática forense, dois Juizes-Auditores e membros do Ministério Público junto à Justiça Militar, de comprovado saber jurídico, todos com a mesma representação.

Parágrafo único. Será alternada a nomeação de Juizes — Auditores e membros do Ministério Público junto à Justiça Militar, a que se refere este artigo.

Art. 3º O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pelo Tribunal, dentre os Ministros (art. 9º).

Art. 4º São órgãos do Tribunal: O Plenário e o Presidente.

Art. 5º As Comissões (art. 23) colaboram no desempenho dos encargos do Tribunal.

CAPITULO II

Da Competência do Plenário

Art. 6º Compete ao Plenário processar e julgar originariamente:

I — Os oficiais-generais das Forças Armadas nos crimes militares e nos crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares;

II — Os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares;

III — O Procurador-Geral, o Juiz-Corregedor, os Juizes-Audidores e seus substitutos, os Procuradores e os Advogados-de-Ofício e respectivos substitutos, nos crimes referidos no inciso anterior e nos de responsabilidade;

IV — Os procedimentos administrativos para decretação da perda de cargo de seus membros e demais magistrados da Justiça Militar (art. 26 e 27 da Lei Complementar 35/79);

V — A representação para a decretação de indignidade e incompatibilidade para o oficialato;

VI — Os Conselhos de Justificação para decretação de incapacidade de oficiais das Forças Armadas;

VII — Os *habeas Corpus*, nos casos permitidos em lei;

VIII — Os mandados de segurança contra seus atos, os do Presidente e de outras autoridades da Justiça Militar;

IX — A revisão dos processos findos na Justiça Militar;

X — A reclamação para preservar a integridade da competência ou assegurar a autoridade de seu julgado.

Art. 7º Compete também ao Plenário julgar:

I — As apelações e os recursos de decisões ou despachos dos juizes inferiores;

II — Os pedidos de correição parcial;

III — Os embargos às suas decisões, nos casos previstos em lei;

IV — Os recursos de penas disciplinares aplicadas pelo Presidente.

V — Os recursos de despachos do Relator.

Art. 8º Compete, ainda, ao Plenário:

I — Eleger o Presidente e o Vice-Presidente do T. II — Elaborar e votar o Regimento Interno;

III — Organizar, anualmente, a lista de antiguidade dos Juizes-Audidores, e seus substitutos, e Advogados-de-Ofício bem como decidir sobre as reclamações que venham a se feitas pelos respectivos interessados;

IV — Conceder licenças aos Ministros, ao Juiz-Corregedor, a Juizes-Audidores e seus substitutos;

V — Determinar a instauração de processo administrativo com os serventuários da Justiça Militar por infração de que p resultar a pena de demissão;

VI — Determinar, quando necessário, o afastamento *tem do* Ministro, do Juiz-Corregedor, dos *Aud* Auditores e dos seus substitutos, nos casos permitidos em lei (art. 26, § 3º, da L.C. 35/79);

VII — Decidir sobre outras matérias de sua *cop* previstas na Lei de Organização Judiciária Militar.

CAPITULO III

do Presidente e do Vice-Presidente

Art. 9º O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos para dois anos, a contar da posse, vedada a reeleição.

§ 1º Proceder-se-á à eleição por escrutínio *sec* com a presença de, pelo menos, dez Ministros efetivos do trinta dias antes do término dos mandatos ou na sessão *ordin* imediatamente posterior, nos casos da ocorrência de vaga por qualquer outro motivo.

§ 2º Não havendo o *quorum* do parágrafo anterior será designada sessão extraordinária para a data mais próxima, convocando-se os Ministros ausentes.

§ 3º Quando o preenchimento do cargo tiver de ser feito na mesma sessão, a eleição realizar separadamente para cada um deles, procedendo-se, em primeiro *l* lugar, a do Presidente.

§ 4º Estará eleito, em primeiro escrutínio, o Ministro que *obtiver*, pelo menos oito votos.

§ 5º Em segundo escrutínio, concorrerão s os dois Ministros mais votados, proclamando-se eleito em caso de empate entre os dois, o mais antigo (art. 20).

Art. 10 Salvo licença para tratamento de saúde, perde o m o Presidente ou o Vice-Presidente licenciado por período sup a noventa dias.

Art. 11 São atribuições do Presidente:

I — dirigir os trabalhos do Tribunal, *prsésidir-lhesasse presidir-lhe as sessões plenárias*, proclamar-lhe as *decisõe* cumprindo e fazendo *cumprir* este Regimento;

II — representar o Tribunal perante os demais Poderes e autoridades, nas solenidades e atos oficiais;

III — fazer ao Tribunal, em sessão secreta ou não, as comunicações que julgar necessário;

IV — suspender a sessão, se entender necessário, para pr preservar ordem nas discussões e resguardo da sua autoridade V — conceder a palavra ao Procurador-Geral, pelo t permitido em lei ou no Regimento;

VI — concedê-la igualmente ao advogado que funcione no feito, podendo, após advertência, cassar-lhe a palavra, no caso de linguagem desrespeitosa ao Tribunal, *autor* judiciária ou administrativa;

VII — conceder a palavra, pela ordem à Pcuradoria-Geral *da* Justiça Militar, e a advogado que funcione no feito esclarecimento de equívoco ou dúvida surgida em relação a documentos ou afirmações que influam ou possam influir no julgamento;

VIII — manter a regularidade dos trabalhos do Tribunal *man* retirar da sala das sessões as pessoas que perturbarem *ordem* e autuá-las no caso *de* desacato a Ministro, ao Procurador-Geral ou ao Secretário do Tribunal Pleno IX — exercer o voto de qualidade, no caso de empate, *obse* o disposto nos itens X e XI;

X — declarar, no caso de empate, a favor do réu, *decisã* que importe aplicação de pena, bem como a favor do paciente, *decisão* em pedido de *co* *habeas corpus* XI — proferir voto, inclusive o de qualidade, no caso de e nas questões de ordem administrativa exceto em *recurs* decisão sua;

XII — decidir questões de ordem suscitadas por Minist pelo Procurador-Geral ou por Advogado, ou submetê-las ao Tribunal, se a este couber a decisão;

XIII — convocar, quando julgar necessário, *extraordinária* do Tribunal, convertendo-a em secreta, nos casos previstos em lei ou no Regimento;

XIV — presidir ao sorteio de relator e *rev* em audiência pública;

XV — providenciar o cumprimento dos julgados do Tribunal por autoridade judiciária ou administrativa a quem incumba *fa* XVI — decidir sobre o cabimento de recurso extraordiná *extraordinário* e, no caso de deferimento, mandar *encami* ao Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei;

XVII — prestar, em caso de recurso interposto para o *Supre* Tribunal Federal, as informações por ele requisitadas, consulta se necessário, o relator do processo a que se deferir o recurso XVIII — providenciar a execução da sentença nos processos *competên* cia originária do Tribunal;

XIX — corresponder-se com as autoridades públicas sobre de interesse do Tribunal e da Justiça Militar;

XX — determinar sindicância ou instauração de inquérito administrativo, quando julgar necessário;

XXI — aplicar penas disciplinares da sua competência, reconsiderá-las, relevá-las ou revê-las;

XXII — julgar desertos e renunciados, por simples despachos quando não interpostos no prazo legal, os recursos de pena disciplinar que aplicar;

XXIII — dar posse e deferir o compromisso *leg* Juiz-Corregedor, Juiz-Auditor, Juiz-Auditor Substituto, Advoga e seus substitutos e a todos os que forem no para cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro da Secretaria do Tribunal;

XXIV — requisitar força federal ou policial para garantia dos trabalhos do Tribunal ou dos seus juizes, bem como garantia do exercício da Justiça Militar (Dec.-Lei 1.003/69, ar *Nomeado* *tiço 41*);

XXV — requisitar oficial para acompanhar oficial *con* quando este estiver no Tribunal, após o julgamento, tendo em atenc *o* posto e a Força a que pertencer, a fim de ser apresentado *à* militar competente (Dec.-Lei nº 1.003/69, art. 41) *XXVI* — convocar, para as substituições necessárias, Oficiais-Generais das Forças Armadas, o Juiz-Corregedor e Juizes-Audidores, de acordo com a lei;

XXVII — assinar, com os Ministros relator e revisor, *qua* quando for o caso, ou somente com aquele, os Acórdãos do *Tribunal* *XXVIII* — assinar, com o Secretário do Tribun Pleno, depois de lidas e aprovadas, as atas das *ses* e, com o Diretor da Divisão encarregada de sua confecção, o Boletins da Justiça Militar;

XXIX — velar pelo funcionamento regular da Justiça Militar e perfeita exação das autoridades judiciárias e funcionários no cumprimento de seus deveres, expedido as portarias, recomendações e provimentos que entender *conven* *XX* — determinar a publicação mensal, no *Di da* Justiça, de dados estatísticos sobre os trabalhos do Tribunal, no mês anterior, entre os quais, obrigatoriamente: o de votos que cada um de seus membros, nominalmente indicado, *pr* proferiu como relator e revisor; o número de *fe* que lhe foram distribuídos no mesmo período; o número de *pr* que recebeu em consequência de pedido de vista ou como revisor; a relação dos feitos que lhe foram conclusos para *v* despacho e lavratura de acórdão, ainda não devolvidos, embora decorridos prazos legais, com as datas das respectivas conclus *XXXI* — apresentar ao Tribunal, anualmente, até primeiro de abril, relatório circunstanciado dos seus trabalhos e dos *demai* órgãos da Justiça Militar;

XXXII — expedir atos sobre matéria de sua atribuição, bem como assinar os de nomeação, progressão e ascensão funcionais designação, aumento por mérito, aposentadoria, exoneração, *de* e dispensa dos servidores dos Quadros de Pessoal do Tribunal e das Auditorias da Justiça Militar;

XXXIII — conhecer e decidir *ad referendum* do Tribunal, as férias deste, pedido de *habeas-corpus*, ouvido representante do Ministério Público;

XXXIV — decidir dos assuntos administrativos referentes aos membros da Justiça Militar ou à ordem interna do Tribunal, submetendo-os a este, nos casos previstos em lei, ou quando julgar conveniente, sob a forma de Questão Administrativa;

XXXV — adotar as providências necessárias para a realização de concursos, de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal, nomeando os examinadores;

XXXVI — expedir salvo-conduto a paciente, em caso de *habeas corpus* preventivo concedido, ou para preservação da liberdade, quando *lhe* for requerido e julgar procedente o pedido;

XXXVII — mandar proceder, na Secretaria do Tribunal, ao registro da matrícula dos Juizes-Audidores, Advogados-de-ofício e respectivos substitutos, no órgão da Previdência Social competente;

XXXVIII — comunicar ao Presidente da República a ocorrência de vaga de Ministro, logo após a sua vacância, indicando, no caso de Ministro togado, o critério pelo qual deva ser provida;

XXXIX — conceder férias ao Juiz-Corregedor, Juizes-Audidores, Advogados-de-Ofício e seus substitutos, Diretor-Geral, Secretário do Tribunal Pleno, Secretário da Presidência e Assessores que *lhe* sejam diretamente subordinados;

XL — conceder licenças aos Advogados-de-Ofício e seus substitutos e aos servidores da Secretaria do Tribunal;

XLI — gerir os recursos orçamentários do Tribunal;

XLII — organizar o Gabinete da Presidência;

XLIII — praticar todos os demais atos que *lhe* tocarem pela natureza do cargo.

Parágrafo único. Durante as férias coletivas, poderá o Presidente, ou seu substituto legal, decidir de pedidos de liminar em mandado de segurança, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, e demais medidas que reclamem urgência (art. 68 da L.C. 35/79), submetendo ao exame do Tribunal as que não sejam de sua competência ordinária.

Art. 12. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas licenças, férias, faltas e impedimentos eventuais. Em caso de vaga assume a Presidência até a posse do novo titular (art. 9).

Art. 13. Nos casos do artigo anterior, o Vice-Presidente é substituído pelo Ministro de maior antiguidade no Tribunal (art. 20). Na ausência deste, pelo que *lhe* seguir em antiguidade.

Art. 14. Quando estiver em sessão, no exercício ocasional da Presidência, o Vice-Presidente Poderá passar o exercício do cargo a seu substituto, para efeito de tomar parte nos processos constantes da pauta, dos quais seja relator ou revisor.

CAPITULO IV

Dos Ministros

Seção I — Disposições Gerais

Art. 15. Os Ministros tomam posse em sessão solene do Tribunal, podendo fazê-lo perante o Presidente em período de recesso ou de férias.

§ 1º O Ministro nomeado poderá fazer-se representar por procurador, no ato da posse, em casos especiais, a juízo do Tribunal, complementando-se a investidura no cargo, para todos os efeitos legais, após o compromisso e o exercício.

§ 2º O Ministro nomeado ingressará no recinto do Tribunal acompanhado de dois Ministros anteriormente designados, pelo Presidente e prestará, de pé, o compromisso: **Prometo desempenhar com retidão as funções do meu cargo, cumprindo a constituição e as Leis do País**.

§ 3º O Ministro empossado receberá as insígnias da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau de Grã-Cruz ou a ele será promovido, se já as tiver.

§ 4º Salvo o disposto na parte final do art. 15, do compromisso da posse será lavrado termo assinado pelo Presidente, pelo empossado, pelos Ministros presentes e pelo Diretor-Geral.

Art. 16. O Ministro empossado ocupará a cadeira que lhe for destinada, será saudado por Ministro para esse fim designado, responderá à saudação e, encerrada a sessão, receberá cumprimentos no Salão Nobre do Tribunal.

Art. 17. Os Oficiais-Generais da Marinha, Exército e Aeronáutica, o Juiz-Corregedor e os Juizes-Audidores, quando convocados para o Tribunal, em substituição aos Ministros, entrarão em exercício sem a solenidade prevista no artigo anterior, limitando-se a prestar o compromisso legal na primeira convocação; a eles caberá jurisdição plena, ressalvado o disposto no art. 9º e seu § 1º, do Regimento, e as restrições previstas na Constituição e na lei.

Art. 18. Os Ministros do Tribunal usarão, durante as sessões, os seguintes uniformes ou vestuário: os militares, túnica branca e calça cinza (3º D), os do Exército, o branco (5,3), os da Marinha, túnica branca e calça azul baratêia (4º) os da Aeronáutica; os togados, vestes talares de Ministro, com faixa de cor rubi oriental, tendo o uniforme ou a toga bordados a ouro, nos punhos, os distintivos para Ministros do Superior Tribunal Militar estabelecidos pelo Decreto nºs 30.163 de 13 de novembro de 1951 (Arts. 16 e 17) e 34.999, de 2 de fevereiro de 1954 (arts. 53 e 58).

Art. 19. A fita bordada que contorna o gorro dos Ministros togados será de seda, da mesma cor da faixa.

Art. 20. Regula a antiguidade do Ministro do Tribunal: 1º a posse; 2º o maior tempo de efetivo exercício em cargo anterior do serviço federal, prevalecendo, neste caso, o de serviço na Justiça Militar; 3º a idade, em benefício do que a tiver maior.

Seção II — Do Relator e do Revisor

Art. 21. São atribuições do Relator:

- I — ordenar e dirigir o processo;
- II — proferir despachos interlocutórios para sanar irregularidades processuais e ordenar as diligências necessárias;
- III — submeter ao Plenário, ou ao Presidente, conforme a competência, questões de ordem para o bom andamento dos processos;
- IV — homologar desistência, ainda que o feito se ache em mesa para julgamento;
- V — julgar prejudicado pedido ou recurso que manifestamente haja perdido objeto;
- VI — apresentar em mesa para julgamento do Plenário processos a ele distribuídos;
- VII — praticar os demais atos que lhe incumbam ou sejam facultados na lei e no Regimento.

Art. 22. São atribuições do Revisor:

- I — sugerir ao relator medidas ordinárias do processo, que tenham sido omitidas;
- II — confirmar, completar ou retificar o relatório.

CAPITULO V

Das Comissões

Art. 23. São permanentes:

- I — Comissão de Regimento;
- II — Comissão de Jurisprudência e Revista do Superior Tribunal Militar.

§ 1º As comissões permanentes compõem-se de três membros, escolhidos pelo Tribunal, podendo funcionar com a presença de dois.

§ 2º A comissão de Regimento possui um membro-suplente.

§ 3º O Tribunal e o Presidente poderão criar comissões temporárias com qualquer número de membros.

§ 4º As Comissões serão presididas pelo Vice-Presidente, se o mesmo delas fizer parte, ou pelo Ministro mais antigo.

Art. 24. É atribuição especial da Comissão de Regimento velar pela atualização do Regimento, propondo emendas ao texto em vigor e emitindo parecer sobre as emendas de iniciativa de Ministros.

Art. 25. São atribuições especiais da Comissão de Jurisprudência e Revista do STM:

- I — superintender os serviços de sistematização e divulgação da jurisprudência do Tribunal;
- II — velar pela expansão, atualização e publicação da Súmula;
- III — selecionar e divulgar assuntos jurídicos de interesses da Justiça Militar, em particular, e do Direito.

CAPITULO VI

das Licenças, Substituições e Convocações

Art. 26. Aos Ministros e demais membros da magistratura civil da Justiça Militar, aplicam-se, para todos os efeitos, as disposições sobre licenças, substituições e convocações constantes da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, Lei de Organização Judiciária Militar, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e outras disposições legais pertinentes.

Art. 27. A licença para tratamento de saúde por prazo superior a trinta dias, bem como as prorrogações que importem em licença por período ininterrupto, também superior a trinta dias, dependem de inspeção por junta médica.

Art. 28. O magistrado licenciado não pode exercer qualquer das funções jurisdicionais ou administrativas, nem exercitar qualquer função pública ou particular, podendo, salvo contra indicação médica, proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto como relator ou revisor.

Art. 29. Nas ausências ou impedimentos eventuais ou temporários, são substituídos:

I — o Presidente do Tribunal pelo Vice-Presidente, e este pelos demais Ministros na ordem decrescente de antiguidade (art. 20);

II — o Presidente da Comissão pelo mais antigo dentre seus membros;

III — qualquer membro da Comissão de Regimento pelo suplente (art. 23, § 2º);

Art. 30. O Relator (art. 21) é substituído:

I — para adoção de medidas urgentes, no caso de impedimento, ausência ou obstáculos eventuais, pelo Revisor, se houver, ou pelo Ministro imediato em antiguidade (art. 20);

II — quando vencido em sessão de julgamento, pelo Revisor, se vencedor o voto deste; caso contrário, o Presidente designará, segundo escala, Ministro, que tenha proferido voto vencedor, para redigir o acórdão, devendo a escolha recair, de preferência, em Ministro civil, se civil o Relator, ou em Ministro militar, se militar o Relator;

III — nos processos de distribuição indistinta a Relator civil ou militar, a designação de Relator para o acórdão, quando vencidos o Relator e Revisor, será feita, por escala, entre os Ministros integrantes da corrente vencedora, recaindo, indistintamente, em Ministro togado ou militar;

IV — em caso de afastamento, nas hipóteses previstas nos arts. 48 e 49, mediante redistribuição e oportuna compensação;

V — em caso de vaga, pelo Ministro nomeado para preenchê-la, ressalvados os processos de *habeas corpus*, mandados de segurança e os feitos que, consoante fundada alegação do interessado, reclamem solução urgente (art. 49, *in fine*).

Art. 31. O Revisor é substituído, nos casos de vaga, impedimento ou afastamento por mais de trinta dias, pelo Ministro do Tribunal que lhe seguir em antiguidade, mediante redistribuição e oportuna compensação, observado o disposto no art. 46.

Art. 32. Para completar *quorum* de julgamento no Plenário, os Ministros militares serão substituídos, mediante convocação do Presidente do Tribunal, por Oficiais-Generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, preferentemente do mais alto posto, e respectivamente escolhidos dentre os da lista enviada pelos Ministros daquelas Pastas; os Ministros civis, pelo Juiz-Corregedor e Juizes-Audidores, mediante sorteio público.

Parágrafo único. Não concorrerão ao sorteio o Juiz Corregedor e Juizes Auditores punidos com as penas do art. 42, incisos I, II, III e IV, ou que estejam respondendo a procedimento previsto no art. 27, ambos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

CAPITULO VII

Das Emendas ao Regimento

Art. 33. Aos Ministros e às Comissões é facultada a apresentação de emendas ao Regimento Interno.

Art. 34. Dispensa-se parecer escrito da Comissão de Regimento (Art. 23, I):

- I — nas emendas subscritas por seus membros;
- II — nas emendas subscritas pela maioria dos Ministros;
- III — em caso de urgência da matéria;

Parágrafo único. Na hipótese do item III deste artigo, somente será concedida vista com prazo determinado pelo Presidente do Tribunal.

Art. 35. Considerar-se-ão aprovadas as emendas, se obtiverem o voto favorável da maioria absoluta do Tribunal.

Art. 36. As emendas entrarão em vigor na data da sua publicação no *Diário da Justiça*, salvo se dispuserem de modo diverso.

Art. 37. As emendas aprovadas serão datadas e numeradas.

TITULO II

Do Ministério Público da União junto à Justiça Militar

Art. 38. O Procurador-Geral da Justiça Militar toma assento no recinto do Tribunal, à direita do Presidente (art. 174).

Art. 39. O Procurador-Geral manifestar-se-á nas oportunidades previstas em lei e no Regimento.

Art. 40. Na sessão de julgamento, o Procurador-Geral poderá usar da palavra, sempre que for facultada às partes sustentação oral.

Art. 41. O Procurador-Geral poderá pedir preferência para julgamento de processo em pauta.

Art. 42. O vestuário do Procurador-Geral será idêntico ao de Ministro togado, mas com a faixa em cor branca e sem globo nos emblemas.

Art. 43. Sempre que assistir ao julgamento, o Procurador-Geral lançará nos respectivos acórdãos, em seguida às assinaturas dos Ministros a declaração "**Fui Presente**", seguindo-se a data do julgamento e sua própria assinatura.

PARTE II

DO PROCESSO

TITULO I

Disposições Gerais

CAPITULO I

DO Registro e Classificação dos Feitos

Art. 44. As petições iniciais e os processos recebidos ou incidentes, serão protocolizados no dia de entrada, na ordem de recebimento, e registrados no primeiro dia útil.

Art. 45. O registro far-se-á em numeração contínua e seriada em cada uma das classes seguintes:

- I — Ação Penal Originária;
- II — Agravo de Instrumento;
- III — Apelação;
- IV — Arguição de Suspeição;
- V — Conflito de Competência;
- VI — Conselho de Justificação;

- VII — Correição Parcial;
- VIII — Desaforamento;
- IX — Embargos;
- X — *Habeas Corpus*;
- XI — Inquérito;
- XII — Inquérito Administrativo;
- XIII — Mandado de Segurança;
- XIV — Medida de Segurança;
- XV — Petição;
- XVI — Petição Administrativa;
- XVII — Plano de Correição;
- XVIII — Questão Administrativa;
- XIX — Recurso Extraordinário;
- XX — Recurso em Sentido Estrito;
- XXI — Relatório de Correição;
- XXII — Reclamação;
- XXIII — Representação;
- XXIV — Representação para Declaração de Indignidade ou Incompatibilidade com o Oficialato;
- XXV — Revisão Criminal;
- XXVI — Sindicância.

Parágrafo único. A Secretaria certificará nos autos de arguição de suspeição, *habeas corpus*, representação, mandado de segurança, petição, petição administrativa, questão administrativa, reclamação e revisão criminal, a circunstância de o requerente já haver ingressado no Tribunal com pedido semelhante.

CAPITULO II

Da Distribuição

Art. 46. O Presidente fará, por sorteio, em pública audiência, a distribuição dos processos por todos os Ministros, observando as seguintes regras:

I — Processos relativos ao CPM:

a) apelação, embargos e revisão, nos feitos de forma ordinária — lator, Ministro togado e Revisor, Ministro militar; nos de insubmissão e de deserção — Relator, Ministro militar e Revisor, Ministro togado;

b) recurso em sentido estrito, correição parcial e representação — Relator, Ministro togado; no de insubmissão e de deserção — Relator, Ministro militar.

II — Processos referentes à LSN — Relator, indistintamente, Ministro togado ou militar; se a natureza do processo exigir distribuição a Revisor, este será militar se o Relator foi togado, vice-versa.

III — Processos de perda de posto e patente:

a) conselho de justificação — Relator, Ministro militar;

b) representação do Procurador-Geral da Justiça Militar — Relator, Ministro militar e Revisor, Ministro togado.

IV — *Habeas corpus* e desaforamento — Relator, indistintamente, Ministro togado ou militar.

V — Mandados de segurança, ações penais originárias e questões ou petições administrativas — Relator, Ministro togado.

Parágrafo único. Havendo prevenção ou conexão, a distribuição será feita, por dependência, ao Relator da causa principal.

Art. 47. Os feitos serão distribuídos aos Ministros, inclusive aos ausentes e licenciados até 30 dias, excetuado o Presidente do Tribunal.

Art. 48. Em caso de afastamento a qualquer título, por período superior a 30 dias, os feitos em poder do Ministro afastado, e aqueles que pês em mesa para julgamento, serão redistribuídos aos demais membros do Tribunal, mediante oportuna compensação.

Parágrafo único. O julgamento que tiver sido iniciado prosseguirá, computando-se os votos já proferidos, ainda que o Ministro afastado seja o Relator.

Art. 49. Quando o afastamento for por período igual ou superior a três dias, serão redistribuídos, mediante oportuna compensação, os *habeas corpus*, os mandados de segurança, e os feitos que, consoante fundada alegação do interessado, reclamem solução urgente. Em caso de vaga, ressalvados esses processos, os demais serão atribuídos ao nomeado para preenche-la (arts. 115 e 116 da L. C. 35/79).

Art. 50. O Conhecimento de correição parcial, representação e recurso em sentido estrito torna preventiva a competência do Relator.

Art. 51. A arguição de suspeição a Ministro terá como Relator o Presidente do Tribunal.

Art. 52. No caso de convocação por licença, o Juiz convocado funcionará como Relator ou Revisor nos processos distribuídos ao Ministro substituído.

Parágrafo único. Quando o Ministro assumir a Presidência do Tribunal, os feitos que lhe estavam distribuídos como Relator ou Revisor, serão redistribuídos pelos demais Ministros, observadas as regras do art. 46.

CAPITULO III

Dos Atos e Formalidades

Seção I — Disposições Gerais

Art. 53. O ano judiciário, no Tribunal, divide-se em dois períodos, recaindo as férias nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.

Parágrafo único. Se a necessidade do serviço judiciário lhes exigir a contínua presença no Tribunal, o Presidente e o Vice-Presidente gozarão de trinta dias consecutivos de férias individuais, por semestre.

Art. 54. Sem prejuízo dos processos que correm em férias, suspendem-se os trabalhos do Tribunal durante as férias, bem como nos sábados, domingos, feriados e nos dias em que o Tribunal determinar.

§ 1º. Serão feriados na Justiça Militar (art. 62 da Lei nº 5.010/66):

I — os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;

II — os dias de quinta e sexta-feira da Semana Santa.

III — os dias de segunda e terça-feira de Carnaval;

IV — os dias 11 de agosto e 1º e 2 de novembro.*

§ 2º. Não haverá expediente judiciário na Justiça Militar nos dias 1º de abril, 25 de agosto, 23 de outubro e 8 e 13 de dezembro.

Art. 55. Os atos processuais serão autenticados, conforme o caso, mediante a assinatura ou rubrica dos Ministros ou a dos servidores para tal fim qualificados.

Art. 56. A publicação da pauta de julgamento antecederá 72 horas, pelo menos, à sessão em que os processos possam ser chamados.

Parágrafo único. Independe de pauta o julgamento de *habeas corpus*, do conflito de competência, dos embargos de declaração e do agravo previsto no art. 135.

Art. 57. A vista às partes transcorre na Secretaria, podendo o advogado retirar os autos nos casos previstos em lei, mediante recibo (art. 89 da Lei nº 4.215/63).

Seção II — Das Atas

Art. 58. As atas das sessões do Plenário serão lançadas em folhas datilografadas, no dia imediato ao de sua aprovação e publicadas no *Diário da Justiça*. E delas deve constar:

(*) A Lei nº 6.741, de 5 de dezembro de 1979, dá nova redação ao inciso IV, do art. 62, da Lei nº 5.010/66, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IV — dos dias 11 de agosto, 1º e 2 de novembro e 8 de dezembro.

a) dia, mês, ano e hora de abertura da sessão;

b) nome do Presidente ou de quem o substituir;

c) nome dos Ministros presentes e dos que deixaram de comparecer, bem como do membro do Ministério Público da União junto à Justiça Militar;

d) nome do Secretário do Tribunal Pleno;

e) uma sumária notícia dos debates e dos assuntos resolvidos;

f) os números dos processos apresentados em mesa e dos que foram julgados, com indicação, quanto a estes, dos nomes dos réus, dos crimes de que são acusados, da sentença de primeira instância, da pena e artigo da lei em que foram julgados incursos no caso de condenação, e a decisão do Tribunal, quer confirmando, reformando ou anulando a sentença ou o processo de primeira instância e o motivo, quer convertendo o julgamento em diligência, ou adiando o mesmo e, finalmente, a relação dos processos em mesa.

§ 1º. Salvo determinação em contrário, as decisões tomadas em sessão secreta constarão da ata da segunda sessão ordinária seguinte à do julgamento.

§ 2º. Contra erro contido na ata, poderá o interessado reclamar dentro de 48 horas de sua publicação, em petição dirigida ao Presidente do Tribunal.

§ 3º. Não se admitirá a reclamação a pretexto de modificação do julgado.

§ 4º. A reclamação não suspenderá prazo para recurso.

Seção III — Da Súmula de Jurisprudência

Art. 59. A jurisprudência firmada pelo Tribunal será compendiada na Súmula do Superior Tribunal Militar.

Art. 60. A Súmula constituir-se-á de enunciados, resumindo deliberações do Plenário sobre matéria criminal de sua competência.

§ 1º. A inclusão de enunciados na Súmula, bem como a sua alteração ou cancelamento, serão deliberados em Plenário, por maioria absoluta dos membros que integram o Tribunal.

§ 2º. Ficarão vagas com a nota correspondente, para efeito de eventual restabelecimento, os números dos enunciados que o Tribunal cancelar ou alterar, tomando os que forem modificados novos números na série.

§ 3º. Os adendos e emendas à Súmula, datados e numerados em séries separadas e contínuas serão publicados três vezes no *Diário da Justiça*, em datas próximas, e no Boletim da Justiça Militar.

§ 4º. As edições ulteriores da Súmula incluirão os adendos e emendas.

§ 5º. A citação da Súmula pelo número correspondente dispensará, perante o Tribunal, a referência a outros julgados no mesmo sentido.

Art. 61. Qualquer Ministro poderá propor, em novos feitos, a revisão da jurisprudência compendiada na Súmula, procedendo-se ao sobrestamento do feito, se necessário.

CAPITULO IV

Das Decisões

Art. 62. As conclusões do Plenário, em suas decisões, constarão de acórdão, que será subscrito pelo Ministro que presidiu o julgamento, pelo Relator que o lavrou e pelo Revisor, quando houver.

§ 1º. O acórdão deverá conter os fundamentos de fato e de direito da decisão proferida, conforme entendimento da maioria, lançando o Relator a respectiva ementa.

§ 2º. Poderá o Tribunal dar instruções, no acórdão, aos Juizes inferiores, sobre faltas ou omissões ocorridas no processo.

§ 3º. As inexactidões materiais e os erros de escrita, contidos na decisão, poderão ser corrigidos por despacho do Relator, através de reclamação, quando referentes à ata (art. 58, § 2º), ou por via de embargos de declaração, quando couberem.

§ 4º. É de 15 dias o prazo para lavratura do acórdão, mas o mesmo levará a data do julgamento.

§ 5º. O prazo a que se refere o parágrafo anterior será de trinta dias se designado para lavrar o acórdão Ministro que não tenha sido Relator ou Revisor do processo.

§ 6º. Constará dos autos, antecedendo o acórdão, um extrato da ata da sessão de julgamento, contendo, obrigatoriamente, os nomes dos Ministros presentes, o do representante do Ministério Público e a cópia fiel do resultado do julgamento.

Art. 63. Qualquer Ministro poderá requerer que a redação do acórdão seja submetida a prévia aprovação do Tribunal.

§ 1º. O Ministro que quiser justificar o seu voto deverá fazê-lo no prazo de cinco dias, contados do recebimento dos autos com o respectivo acórdão.

§ 2º. O Secretário certificará nos autos os votos vencedores e vencidos dos demais Ministros.

§ 3º. Ausentando-se o Relator, depois de lavrado o acórdão, este será autenticado pelo Secretário, devendo a ocorrência ser certificada nos autos.

Art. 64. O acórdão, depois de devidamente assinado, terá sua ementa e decisão publicadas no *Diário da Justiça*, dele extraído-se cópia autenticada para remessa ao órgão competente.

Parágrafo único. Nos casos em que a decisão deva ser cumprida imediatamente, o Secretário do Tribunal Pleno providenciará para que a comunicação seja feita pela via mais rápida.

CAPITULO V

Dos Prazos

Art.65 Os prazos no Tribunal correrão da publicação do ato ou do aviso no Diário da Justiça e da ciência ou intimação às partes, nos casos previstos em Lei.

§1º Quando a intimação se efetuar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo terá início na segunda-feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que começará a correr no primeiro dia útil que se seguir.

§2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil imediato se o vencimento cair em feriado ou dia em que for determinado o fechamento da Secretaria ou hora normal.

§3º As citações obedecerão ao disposto processuais.

Art.66 Não correm os prazos nos períodos de recesso e durante as férias, salvo as hipóteses previstas em lei e no Regimento.

Parágrafo único. Também não corre prazo, havendo obstáculo judicial ou motivo de força maior comprovado, reconhecido pelo Tribunal.

Art.67 Os prazos para diligências serão fixados nos atos que as ordenarem, salvo disposição em contrário do Regimento.

Art.68. Salvo disposição em contrário, os Servidores do Tribunal terão o prazo de 48 horas para os atos do processo.

TITULO II

Das Sessões

CAPITULO I

Disposições Gerais

Art.69 Haverá sessão plenária segundas, quartas e sextas-feiras e, extraordinárias, mediante convocação especial.

Parágrafo único Quando houver em pauta mais de (20) processos em condições de julgamento, o Tribunal reunir-se-á em sessões diárias, consecutivas, e intransferíveis, durante todos os dias úteis da semana, até que tal medida não mais se faça necessária.

Art.70. As sessões ordinárias começarão às 13:30 horas e terão a duração de quatro horas, podendo ser prorrogadas sempre que o serviço o exigir.

Parágrafo único As sessões extraordinárias terão início à hora designada e poderão realizar-se em dias da semana diferentes dos destinados às sessões ordinárias, cancelando-se ou não estas.

Art.71 As sessões e votação serão públicas, salvo as exceções previstas na lei e no Regimento ou se, por motivo relevante, o Plenário resolver que sejam secretas.

§1º Nas sessões secretas a que se refere este artigo é vedada a presença das partes.

§2º Exeetuada a votação nos casos da ação penal originária, o Procurador-Geral poderá, entret permanecer nas sessões secretas que versem sobre matéria criminal.

§3º Nas sessões administrativas de caráter reservado, observar-se-á o disposto no art. 94 do Regimento.

Art.72 Os advogados ocuparão a tribuna para formularem requerimento e produzirem sustentação oral.

Parágrafo único. Em sua atuação perante o Tribunal, os advogados farão uso das vestes talares.

Art.73. Nas sessões do Plenário, observar-se-á a seguinte ordem:

- 1º) verificação do número de Ministros;
- 2º) leitura, discussão e aprovação da ata anterior;
- 3º) leitura de expediente;
- 4º) indicação e propostas;
- 5º) debates e decisões dos processos.

Art. 74 Os julgamentos a que o Regimento ou a lei não derem prioridade serão realizados, quando possível, segundo a ordem de antiguidade dos feitos em cada classe (art. 45).

Parágrafo único. A antiguidade apurar-se-á pela ordem de recebimento dos feitos (art. 44).

Art.75 Não haverá sustentação oral no julgamento em embargos declaratórios, arguição suspeição e de agravo previsto no art. 135.

§1º Nos demais processos, o Presidente, feito o relatório, dará a palavra sucessivamente ao autor, recorrente ou petionário e ao réu ou recorrido, para sustentação de suas alegações.

§2º No recurso interposto pela acusação, havendo também apelo da defesa, o Procurador-Gera falará em primeiro lugar.

Art.76. Nos casos do parágrafo anterior, cada u das partes falará pelo tempo máximo de vinte minuto excetuados o recurso em sentido estrito e a ação penal originária, nos quais os prazos serão de dez minutos e duas horas, respectivamente.

§1º Na ação penal originária, as partes poderão replicar e treplicar em prazo não excedente de uma hora.

§2º O Procurador-Geral terá prazo igual ao das partes, salvo disposição legal em contrário.

§3º Nos processos criminais, havendo co-réus que sejam co-autores, se não tiverem o mesmo defensor, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre os defensores, salvo se convencionarem outra d tempo.

§4º Se o réu tiver mais de um advogado, o prazo será de mais de um réu, o prazo será de trinta minutos.

§5º Se houver litisconsortes não representados pelo mesmo advogado, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente, se diversamente não convencionarem.

§6º Na ação penal originária, o assistente, se houver, falará depois do Procurador-Geral, a menos que o recurso seja dele.

Art.77. Cada Ministro poderá falar duas vezes sobre o assunto em discussão e mais uma vez, se for o caso, para explicar a modificação do voto. Nenhum falará sem que o Presidente lhe conceda a palavra, nem interromperá o que desta estiver usando.

Art.78. Nos julgamentos, o pedido de vista não impede votem os juizes que se tenham por habilitados a fazê-lo, e o juiz que o formular restituirá os autos ao Presidente dentro de dez dias, no máximo, contados do dia do pedido, devendo prosseguir o julgamento do feito na primeira sessão subsequente a este prazo.

§ 1º O julgamento que tiver sido iniciado prosseguirá computando-se os votos já proferidos, ainda que o magistrado afastado seja o Relator.

§ 2º Não participarão do julgamento os Ministros que não tiverem assistido ao relatório ou aos debates, salvo quando se derem por esclarecidos.

§ 3º Se, para efeito do *quorum* ou desempate na votação, for necessário o voto de Ministro, nas condições do parágrafo anterior, serão renovados o relatório e a sustentação oral, computando-se os votos anteriormente proferidos.

Art. 79. As questões preliminares, argüidas ou não por Procurador-Geral ou por advogado, serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo se incompatível com a decisão daquelas.

Parágrafo único. Sempre que, antes ou no curso do relatório, for suscitada alguma preliminar, poderá a mesma, antes de julgada, ser discutida por Procurador-Geral ou por advogado, que poderão usar da palavra, pelo prazo de dez minutos. Se não for acolhida, o Relator fará o relatório, prosseguindo-se no julgamento.

Art. 80. Se rejeitada a preliminar, ou, se acolhida, não vedar a apreciação do mérito, seguir-se-ão a discussão e a votação da matéria principal, e sobre ela também proferirão votos os Ministros vencidos na anterior conclusão.

Art. 81. Concluído o debate oral, o Presidente tomará os votos do Relator, do Revisor, se houver, e dos demais Ministros, na ordem da antiguidade prevista no art. 88.

Parágrafo único. Encerrada a votação, o Presidente proclamará a decisão.

Art. 82. Preterirá aos demais com dia designado o processo cujo julgamento houver sido suspenso, salvo se o adiamento tiver resultado de vista e se estiver aguardando a devolução dos autos.

Art. 83. O julgamento, quando em sessão secreta, uma vez iniciado, ultimar-se-á na mesma sessão, ainda que exceda a hora regimental.

Art. 84. O Plenário poderá converter o julgamento em diligência, quando necessário à decisão da causa, ainda que iniciada a sessão secreta, renovando-se o julgamento.

CAPITULO II

Das Sessões Solenes

Art. 85. O Tribunal reúne-se em sessão solene:

- I — para dar posse aos Ministros;
- II — para receber o Presidente da República;
- III — para receber Chefe de Estado estrangeiro, em visita oficial ao Brasil;
- IV — para celebrar acontecimento de alta relevância, a critério do Tribunal.

CAPITULO III

Das Sessões do Plenário

Art. 86. O Plenário, que se reúne com presença mínima de oito Ministros, dos quais, pelo menos, quatro militares e dois civis, é dirigido pelo Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. O *quorum* para votação da declaração de inconstitucionalidade da lei ou de ato normativo do Poder Público é o previsto na Constituição Federal (art. 116).

Art. 87. Será de dois terços dos membros do Tribunal o *quorum* para a declaração de indignidade ou incompatibilidade para o oficialato, com a conseqüente perda do posto e patente (art. 93, §§ 2º e 3º da CF).

Parágrafo único. Na hipótese da existência de número insuficiente de Ministros para a composição do *quorum* de que trata este artigo, por motivo de licença, suspeição ou impedimento, serão convocados substitutos, na forma da lei (art. 32).

Art. 88. Nas sessões do Plenário, o Presidente tem assento na parte central da mesa de julgamento, ficando, na primeira cadeira à sua direita, o Ministro togado mais antigo; seguem-se a este os dois Ministros militares mais antigos e o togado colocado após o primeiro na ordem de antiguidade e, assim sucessivamente, de modo a ficar à esquerda do Presidente o Ministro togado mais moderno, antecedido pelos três Ministros militares mais modernos.

Parágrafo único. No caso de vaga, ocorrida por morte do Ministro, a cadeira do Plenário, que lhe era destinada, ficará desocupada, a título de derradeira homenagem, pelo prazo de sessenta dias ou até a posse do substituto, efetivamente nomeado, quando então será observado o disposto neste artigo.

Art. 89. O Secretário do Tribunal Pleno ou seu substituto legal exercerá as funções que lhe são próprias, estabelecidas na lei e no Regimento.

Parágrafo único. Durante as sessões, o Secretário do Tribunal Pleno, ou seu substituto, fará uso da capa (art. 55 da LOJM).

Art. 90. O Diretor-Geral e os funcionários da Secretaria, quando tiverem de comparecer a serviço perante o Tribunal, também farão uso da capa.

Art. 91. Terão prioridade no julgamento do Plenário, observadas as exceções previstas no Regimento:

- I — os processos criminais, havendo réu preso;
- II — os *habeas corpus*;
- III — os mandados de segurança;
- IV — os conflitos de competência;
- V — os recursos em sentido estrito;
- VI — as reclamações.

Art. 92. O Presidente do Tribunal não proferirá voto, salvo:

- I — nas declarações de inconstitucionalidade (art. 116 da CF);
- II — em matéria administrativa.

§ 1º No julgamento de *habeas corpus* e de matéria criminal, o Presidente proclamará, em caso de empate, a decisão mais favorável ao paciente, réu ou indiciado.

§ 2º Na hipótese do item II deste artigo, o Presidente poderá tomar parte na discussão e votação, quando além de seu voto terá o de qualidade no caso de empate, exceto em recurso ou ação interpostos de decisão sua.

CAPITULO IV

Das Sessões Administrativas

Art. 93. Além do disposto no Regimento, serão secretas as reuniões convocadas, pelo Presidente, para deliberar sobre assunto administrativo de caráter reservado ou da economia do Tribunal.

Art. 94. As reuniões de que trata o artigo anterior deverão realizar-se somente com a presença dos Ministros, admitindo-se a presença de outras pessoas, quando especialmente convocadas.

Parágrafo único. Quando as deliberações tiverem de ser publicadas, poderá o Presidente designar Ministro para proceder ao registro das reuniões.

TITULO III

do Julgamento

CAPITULO I

Das Garantias Constitucionais

Seção I — Do Habeas Corpus

Art. 95. O Habeas Corpus pode ser impetrado:

- I — por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem;
- II — pelo Ministério Público.

Parágrafo único. O pedido será rejeitado se o paciente a ele se opuser.

Art. 96. O Relator solicitará imediatamente informações à autoridade apontada como coatora, que as prestará no prazo de cinco dias, podendo, ainda:

I — sendo relevante a matéria, nomear advogado para acompanhar e defender oralmente o pedido, se o impetrante não for formado em Direito;

II — ordenar diligências necessárias à instrução do pedido, se a deficiência deste não for imputável ao impetrante;

III — se convier ouvir o paciente, determinar a sua apresentação à sessão de julgamento.

Art. 97. Instruído o processo e ouvido o Procurador-Geral, em 48 horas, o Relator o colocará em mesa para julgamento na primeira sessão do Tribunal Pleno que se seguir.

Art. 98. A decisão concessiva de Habeas Corpus será imediatamente comunicada, pelo Secretário do Tribunal, às autoridades a quem couber cumpri-la.

Seção II — Do Mandado de Segurança

Art. 99. O mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por Habeas Corpus contra ato do Tribunal, do Presidente ou de autoridade judiciária ou administrativa vinculada à Justiça Militar será processado e julgado pelo Tribunal.

Parágrafo único. O direito de pedir segurança extingue-se após 120 dias da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Art. 100. A petição e os documentos que a instruírem serão apresentados em duas vias, observado o parágrafo único do artigo seguinte.

Art. 101. Distribuída e autuada a petição com os documentos que a instruírem, o Relator ordenará a remessa de cópia à autoridade dita coatora para prestar as informações, no prazo de dez dias, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Se a parte não puder instruir, desde logo, suas alegações, por impedimento ou demora em obter certidões ou cópias de notas ou registros em estabelecimentos públicos, o Relator conceder-lhe-á prazo para esse fim ou as requisitará diretamente àqueles estabelecimentos.

Art. 102. Devolvidos os autos com as informações solicitadas, o Relator, após a vista do Procurador-Geral, por cinco dias, os colocará em mesa para julgamento, na primeira sessão do Tribunal, dispensada a sua publicação do *Diário da Justiça*.

Art. 103. Aplica-se ao disposto nesta seção a legislação comum referente ao mandado de segurança.

Seção III — Das Petições e Representações

Art. 104. As petições e representações serão dirigidas ao Presidente do Tribunal e distribuídas a um Relator.

Parágrafo único. O procedimento aplicável será o estabelecido para o recurso em sentido estrito.

Capitulo II

Dos Processos Incidentes

Seção I — Do Conflito de Jurisdição

Art. 105. O Tribunal, mediante representação ao Supremo Tribunal Federal, suscitará os conflitos de jurisdição com outro Tribunal, ou Juizes de primeira instância a ele não subordinados (art. 119, inciso I, alínea e, da CF).

Art. 106. Reconhecida a existência do conflito por decisão do Plenário, os autos serão conclusos ao Presidente para a providência referida no artigo anterior.

Seção II — Do Conflito de Competência

Art. 107. Os conflitos de competência serão suscitados por representação dos Juizes-Auditores e dos Conselhos de Justiça, ou a requerimento das partes interessadas.

Art. 108. No caso de conflito positivo, salvo se manifestamente infundado, o Relator, tão logo receba o processo, determinará às autoridades conflitantes o sobrestamento do feito.

Art. 109. O Relator solicitará informações às autoridades em conflito, remetendo-lhes cópia do requerimento ou representação e marcando prazo de dez dias para aquele fim.

Art. 110. Prestadas as informações, o Relator dará vista do processo ao Procurador-Geral, por cinco dias e, a seguir, coloca-lo-á em mesa para julgamento na primeira sessão que houver.

Seção III — Da Suspeição

Art. 111. O Ministro que se julgar impedido ou suspeito declara-lo-á em sessão. Se Relator ou Revisor, a declaração será feita nos autos.

Art. 112. A suspeição será argüida perante o Presidente, ou o Vice-Presidente, se aquele for o recusado.

Parágrafo único. A petição será instruída com os documentos comprobatórios da arguição e o rol de testemunhas.

Art. 113. A suspeição do Relator poderá ser suscitada até cinco dias após a distribuição; a do Revisor, em igual prazo, após a conclusão dos autos; a do Ministro, até o início do julgamento.

Art. 114. O Presidente poderá em despacho fundamentado arquivar a petição, se manifesta a sua improcedência, ou os documentos não forem fidedignos, ou faltar idoneidade às testemunhas.

arguição, o Presidente dará vista do pedido e documentos ao Ministro recusado, e, a seguir, ouvirá as testemunhas indicadas, submetendo o incidente ao Tribunal, em sessão secreta.

Art. 116. O Ministro que não reconhecer a suspeição, funcionará até o julgamento da arguição.

Parágrafo único. A afirmação de suspeição pelo argüido, ainda que por outro fundamento, põe fim ao incidente.

Art. 117. A arguição será sempre individual, não ficando os demais Ministros impedidos de apreciá-la, ainda que também recusados.

Art. 118. Afirmados o impedimento ou a suspeição pelo argüido, ou declarados pelo Tribunal, ter-se-ão por nulos os atos por ele praticados.

Art. 119. Não se fornecerá, salvo ao argüente e ao argüido, certidão de qualquer peça do processo de suspeição, antes de admitido pelo Presidente, ou quando arquivado.

Parágrafo único. Da certidão constará obrigatoriamente o nome do requerente, bem como o despacho do Presidente, e a decisão que houver sido proferida.

CAPITULO III

Da Ação Penal Originária

Art. 120. A ação penal, nos casos de competência originária do Tribunal, será processada pela forma prevista em lei (arts. 489 e 497 do CPPM) e no Regimento.

Art. 121. Para processamento do recurso a que se refere o art. 491 do CPPM, observar-se-á, no que couber, as disposições que regulam o recurso em sentido estrito.

CAPITULO IV

Da Declaração da Perda de Posto e Patente

Seção I — Das Condenações Judiciais

Art. 122. A declaração de indignidade ou incompatibilidade com o oficialato, e a conseqüente perda do posto e patente, nos casos previstos em lei, será proferida pelo Tribunal:

I — no ato de julgamento, nos processos oriundos dos Conselhos de Justificação, de que trata a Seção II deste Capítulo;

II — mediante representação do Ministério Público, nos casos previstos na Constituição Federal (art. 93, § 3º, da CF).

§ 1º. No caso do inciso II deste artigo, o acusado será citado para, no prazo de dez dias, apresentar defesa escrita.

§ 2º. Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o processo será colocado em mesa para julgamento.

Art. 123. A votação se processará em sessão secreta do Tribunal, facultada às partes a sustentação oral por vinte minutos, durante o julgamento.

Seção II — Do Conselho de Justificação

Art. 124. Recebidos, distribuídos e autuados, na forma do Regimento, os processos oriundos dos Conselhos de Justificação dos Ministérios Militares, será aberta vista à defesa, por cinco dias, para se manifestar por escrito sobre a decisão ministerial.

Art. 125. Decorrido o prazo do artigo anterior, com as razões de defesa, ou sem elas, os autos serão conclusos ao Relator, que os colocará em mesa para julgamento.

Parágrafo único. O Relator poderá ouvir o Procurador-Geral da Justiça Militar no prazo que estipular. Neste caso, o prazo estabelecido no *caput* deste artigo só começará a fluir após a devolução dos autos.

Art. 126. Anunciado o julgamento, será feito o relatório sendo facultado à defesa usar da palavra por vinte minutos.

Art. 127. Discutida a matéria em sessão secreta do Tribunal, será proferida a decisão final.

Art. 128. Se o Tribunal concluir que o justificante é incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade, deve conforme o caso:

I — declará-lo indigno do oficialato ou com ele incompatível, determinando a perda de seu posto e patente; ou

II — determinar sua reforma (Lei 5.836/72).

CAPITULO V

Da Correição Parcial

Art. 129. A correição parcial se processará na forma e nos casos previstos em lei (art. 498 do CPPM).

Parágrafo único. Requerida a correição na instância inferior, será a mesma instruída com os esclarecimentos do Juiz Auditor e encaminhada ao Tribunal, no prazo de cinco dias, contados de sua interposição.

Art. 130. O rito para julgamento da correição parcial será o estabelecido para o recurso em sentido estrito.

CAPITULO VI

Dos Recursos

Seção I — Disposições Gerais

Art. 131. Os recursos serão processados, na instância de origem, pelas normas da legislação aplicável, observadas as disposições do Regimento.

Seção II — do Recurso em Sentido Estrito

Art. 132. Distribuído o recurso, irão os autos com vista ao Procurador-Geral, pelo prazo de oito dias, sendo, a seguir, conclusos ao Relator, que no intervalo de duas sessões ordinárias, o colocará em pauta para julgamento.

§ 1º Anunciado o julgamento, será feito o relatório, sendo facultado às partes usar da palavra pelo prazo de dez minutos. Discutida a matéria, proferirá o Tribunal a decisão final.

§ 2º. Publicada a decisão do Tribunal, os autos baixarão à instância inferior para cumprimento do acórdão.

Seção III — Da Apelação

Art. 133. Distribuída a apelação, irão os autos imediatamente com vista ao Procurador-Geral e, em seguida, passarão ao Relator e ao Revisor.

§ 1º O recurso será posto em pauta pelo Relator, depois de restituídos os autos pelo Revisor.

§ 2º Anunciado o julgamento pelo Presidente, fará o Relator a exposição do feito e, depois de ouvido o Revisor, será facultada às partes a sustentação oral por vinte minutos.

§ 3º Será secreto o julgamento da apelação, quando o réu estiver solto, salvo os casos em que lhe é permitido apelar em liberdade.

Seção IV — Dos Embargos

Art. 134. Os embargos serão oferecidos por petição dirigida ao Presidente do Tribunal, no prazo de cinco dias, contados da data de intimação do acórdão.

§ 1º Para os embargos, será designado novo Relator e novo Revisor.

§ 2º É permitido às partes oferecerem embargos independentemente de intimação do acórdão.

§ 3º Os embargos se processarão pela forma prevista em lei (arts. 541 e segts. do CPPM), obedecido, no Tribunal, o rito estabelecido para o julgamento da apelação.

Seção V — Do Agravo

Art. 135. Ressalvado as exceções previstas no Regimento, cabe agravo, sem efeito suspensivo, do despacho do Relator que causar prejuízo às partes (art. 40, X, g, da LOJM).

§ 1º Será de 5 dias, contados da intimação, o prazo de interposição do recurso. Protocolizado, sem autuação e sem qualquer outra formalidade, será submetido ao Relator, que poderá reconsiderar o seu ato, ou submeter o agravo ao julgamento do Plenário.

§ 2º O resultado do julgamento será certificado nos autos pela Secretaria.

Seção VI — Da Reclamação

Art. 136. A reclamação será processada pela forma prevista em lei (arts. 584 e segts. do CPPM), podendo as partes produzirem sustentação oral, nos termos do Regimento.

Art. 137. Ao Tribunal competirá, se necessário:

a) avocar o conhecimento do processo em que se manifeste usurpação de sua competência, ou desrespeito de decisão que haja proferido;

b) determinar lhe sejam enviados os autos de recurso para ele interposto e cuja remessa esteja sendo indevidamente retardada.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos para o Supremo Tribunal Federal

Seção I — Do Recurso Ordinário

Art. 138. O recurso ordinário das decisões denegatórias de *habeas corpus* (art. 568 do CPPM), e das decisões proferidas nos processos por crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares, nos casos previstos na Constituição Federal (arts. 119, II, b e 129, §§ 1º e 2º) será interposto por petição dirigida ao Relator.

Parágrafo único. Será de três dias o prazo para interposição do recurso, contados da intimação ou publicação do acórdão, em pública audiência, na presença das partes.

Art. 139. Nos casos de *habeas corpus*, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal, logo depois de lavrado o termo do recurso, com os documentos que o recorrente juntar à sua petição, dentro do prazo de quinze dias, contados da intimação do despacho, e com os esclarecimentos que ao Presidente do Tribunal ou ao Procurador-Geral parecerem convenientes.

Art. 140. Nos demais processos de que trata o art. 137, recebido o recurso pelo Relator, o recorrente e, depois dele, o recorrido, terão o prazo de cinco dias para oferecer razões, sendo os autos, em seguida, encaminhados ao Supremo Tribunal Federal.

Seção II — Do Recurso Extraordinário

Art. 141. O recurso extraordinário das decisões do Tribunal, nos casos previstos da Constituição Federal (art. 119, III, a, b, c e d) será interposto por petição dirigida ao Presidente no prazo de dez dias, contados da intimação ou publicação do acórdão.

Art. 142. Autuada a petição e publicado o aviso de seu recebimento, ficará o recurso na Secretaria do Tribunal à disposição do recorrido, que poderá impugná-lo, no prazo de três dias, contados da publicação do aviso.

Art. 143. Findo o prazo do artigo anterior, os autos serão conclusos ao Presidente do Tribunal que, em cinco dias, decidirá sobre seu cabimento.

Art. 144. Admitido o recurso, abrir-se-á a vista dos autos, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, para que cada um, no prazo de dez dias, apresente suas razões.

Art. 145. Apresentadas ou não as razões, os autos serão remetidos dentro de quinze dias ao Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Do instrumento deverão constar, obrigatoriamente, por fotocópia ou processo de reprodução equivalente, a sentença de primeira instância, o acórdão recorrido, a petição do recurso extraordinário e outras peças que forem indicadas pelas partes.

Art. 146. A arguição de relevância processar-se-á por instrumento, na forma prevista no Regimento Interno do STF.

Art. 147. Além do disposto nesta Seção, observar-se-ão as disposições da lei processual penal militar, e, no que couber, as do Regimento Interno do STF.

Seção III — Do Agravo de Instrumento

Art. 148. O agravo de instrumento interposto contra o despacho do Presidente que não admitir o recurso e ou que, o admitindo, não lhe dê seguimento, será processado na forma seguinte:

§ 1º O agravo, que deverá ser interposto no prazo de cinco dias contados da data da publicação do despacho, será instruído com as peças indicadas pelo agravante e, obrigatoriamente, com cópia da decisão recorrida, certidão da respectiva intimação e a procuração outorgada ao advogado do agravante, salvo se outra instruir a petição de agravo.

§ 2º O processamento do agravo obedecerá, no Tribu às normas estabelecidas em lei e no Regimento Interno do STF.

Art. 149 Será também de agravo de instrumento o recurso do despacho do Relator que não receber o recurso ordinário.

CAPÍTULO VIII

Dos Processos Diversos

Seção I — Da Restauração dos Autos

Art. 150. A restauração de autos perdidos no Tribunal far-se-á *ex officio* ou mediante petição ao P do Tribunal e será distribuída na forma do Regimento.

§ 1º Se se tratar de processo da competência originária do Tribunal, a petição será distribuída ao Relator que nele tiver funcionado e na falta deste, ao Ministro que for sorteado para esse fim.

§ 2º Nos outros casos, o Relator enviará ao Juiz-Auditor competente a petição para que se proceda à restauração, na forma da legislação processual penal militar.

Seção II — Do Desaforamento

Art. 151. O pedido de desaforamento, nos casos previstos em lei, será processado na forma seguinte:

§ 1º Autuado e distribuído, será ouvido o Procurador-Geral, no prazo de cinco dias, findo o qual o Relator colocará o processo em mesa para julgamento na segunda sessão ordinária após o seu recebimento.

§ 2º Deferido o pedido, os autos, imediatamente, serão encaminhados à Auditoria designada pelo Tribunal, onde deva ter curso o processo.

Seção III — Da Revisão

Art. 152. O pedido de revisão será dirigido ao Presidente do Tribunal e, depois de autuado e distribuído a Relator e Revisor, devendo funcionar como Relator, de preferência, Ministro que não tenha funcionado anteriormente como Relator ou Revisor.

Art. 153.1A revisão será processada pela forma prevista em lei (arts. 550 e segts. CPPM) e, observa no que for aplicável, as normas estabelecidas para o julgamento da apelação e o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Recebida a petição e autuada, será a mesma anexada aos autos do processo correspondente, apensando-se pedido de revisão anterior, formulado pelo requerente ou pelo co-réu, quando houver, ou certificando-se a sua inexistência.

Seção IV — Das Questões Administrativas

Art. 154. As questões administrativas serão submetidas pelo Presidente, ao Tribunal, sendo, antes, distribuídas a um Relator, mediante sorteio.

Parágrafo único. Será secreta a sessão do Tribunal em que se processar o julgamento das questões administrativas.

CAPÍTULO IX

Dos Incidentes de Execução

Seção I — Da Suspensão Condicional da Pena

Art. 155. O Tribunal poderá suspender a execução da pena, nos processos de sua competência originária, cabendo-lhe estabelecer as condições impostas ao réu, podendo a audiência ser presidida por qualquer dos seus membros, ou por Juiz-Auditor designado no acórdão (art. 611 do CPPM — Lei 6.544/78).

Seção II — Do Livramento Condicional

Art. 156. O pedido de livramento condicional, nos processos de competência originária do Tribunal, será dirigido ao Presidente e distribuído a um Relator, de preferência o que tiver funcionado no feito.

§ 1º Recebida a petição com os documentos que a instruírem, preenchidas as formalidades legais e ouvido o Procurador-Geral, no prazo de cinco dias, os autos serão conclusos ao Relator e postos em mea para julgamento.

§ 2º Concedido o livramento condicional, em decisão irão os autos ao Presidente do Tribunal, a fim de que determine as condições que devam ser impostas ao liberado.

CAPÍTULO X

Da Execução das Medidas de Segurança

Art. 157. Compete ao Presidente a execução das medidas de segurança decretadas em processo de competência originária do Tribunal, obedecidas as formalidades previstas em lei.

PARTE III

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

TÍTULO I

Da Secretaria, do Gabinete da Presidência e dos Gabinetes dos Ministros

CAPÍTULO I

Da Secretaria

Art. 158. A Secretaria do Tribunal compete a exe dos serviços judiciários e auxiliares do STM.

§ 1º A Secretaria do Tribunal compreende em sua estrutura administrativa:

I — a Secretaria do Tribunal Pleno;

II — os Serviços Auxiliares.

§ 2º A organização dos órgãos da Secretaria, assim como as atribuições dos diretores e servidores, serão fixadas em Regulamento, pelo Tribunal.

CAPÍTULO II

Do Gabinete da Presidência

Art. 159. O Gabinete da Presidência compreende, em sua estrutura administrativa:

- I — O Gabinete do Ministro-Presidente;
- II — a Secretaria Geral da Presidência;
- III — a Assessoria da Presidência.

CAPÍTULO III

Dos Gabinetes dos Ministros

Art. 160. Os Ministros do STM disporão de um Gabinete para seu assessoramento.

§ 1º A organização e a lotação básica dos Gabinetes dos Ministros serão estipuladas em Ato do Tribunal.

§ 2º Caberá a cada Ministro determinar as normas para o funcionamento do seu Gabinete.

TÍTULO II

Dos Concursos

Art. 161. O ingresso na carreira da magistratura civil da Justiça Militar dar-se-á no cargo de Juiz-Auditor Substituto, mediante nomeação após concurso público de provas e títulos, organizado e realizado pelo Tribunal, com a participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º O Presidente do Tribunal mandará publicar edital no *Diário da Justiça*, marcando o prazo de sessenta dias, prorrogáveis a critério do Tribunal, para inscrições no concurso de que trata este artigo, e determinará a publicação de avisos nos órgãos oficiais dos Estados.

§ 2º Abertas as inscrições, o Ministro-Presidente, ouvido o Tribunal, organizará a Comissão Examinadora, que será constituída de dois (2) Ministros togados; um (1) Ministro militar e um (1) representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a presidência do mais antigo dentre os Ministros, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 23.

§ 3º O concurso obedecerá às Instruções previamente baixadas pelo Tribunal.

§ 4º Os candidatos serão submetidos à investigação social, relativa aos aspectos moral e social, e a exame de sanidade física e mental, conforme dispuser a lei.

§ 5º Serão indicados para nomeação, pela ordem de classificação, candidatos em número correspondente às vagas, mais dois, para cada vaga, sempre que possível.

§ 6º O magistrado, no ato da posse, deverá apresentar a declaração pública de seus bens, e prestará o compromisso previsto no artigo 15, § 2º, do Regimento.

§ 7º Não haverá posse no caso de promoção ao cargo de Juiz-Auditor.

Art. 162. A partir do início das provas de que trata o artigo anterior, não serão distribuídos processos aos Ministros integrantes das Bancas Examinadoras de Concurso.

Art. 163. No concurso para provimento do cargo de Advogado-de-Ofício da Justiça Militar, observar-se-á, no que couber, o disposto neste Título.

TÍTULO III

Do Acesso

Art. 164. O Juiz-Corregedor é nomeado dentre os Juizes-Auditores, mediante lista tríplice, organizada pelo Tribunal, em sessão secreta, observado o disposto no parágrafo único do art. 167.

Parágrafo único. Para a inclusão em lista é necessário o interstício de dois anos, pelo menos, no exercício da função.

Art. 165. O acesso dos membros da magistratura da Justiça Militar ao Tribunal, previsto na Constituição, far-se-á por livre escolha do Presidente da República.

Parágrafo único. Para o acesso de que trata este artigo, o Tribunal organizará lista de todos os candidatos em condição de a ele concorrer.

TÍTULO IV

Das Promoções

Art. 166. A lista tríplice, para efeito de promoção aos cargos da magistratura civil da Justiça Militar, é organizada pelo Tribunal, em escrutínio secreto.

§ 1º A Secretaria fornecerá, a cada Ministro, a lista de antiguidade dos candidatos e cópia dos respectivos assentamentos, na parte relativa a elogios e penalidades.

§ 2º Em caso de empate, haverá novo escrutínio entre os dois candidatos mais votados e, persistindo o empate, considerar-se-á classificado o candidato mais idoso.

§ 3º O candidato incluído na lista, nela permanecerá, salvo o disposto no artigo 167, parágrafo único.

TÍTULO V

Das Penalidades

Art. 167. Nas faltas puníveis com as penas de advertência e censura, prevista na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, a apuração será processada mediante a instauração de sindicância ou inquérito a cargo da Comissão, Ministro ou Auditor para esse fim designado.

Parágrafo único. O magistrado punido com a pena de cens não poderá figurar em lista de promoção por merecimento pelo prazo de um ano, contado da imposição da pena.

PARTE IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

TÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 168. A Bandeira Nacional será hasteada no edifício-sede do Tribunal, diariamente às oito horas e arriada às dezoito horas, observado o disposto nas Leis números 5.700, de 1º de setembro de 1971 e 5.812, de 13 de outubro de 1972.

Parágrafo único. A Bandeira Nacional será hasteada a meia adriça quando for decretado luto oficial ou quando determinado pelo Presidente do STM.

Art. 169. O Estandarte do Tribunal será hasteado no início das sessões e arriado ao final.

Art. 170. O Contingente do Tribunal, composto de praças da Marinha, Exército e da Aeronáutica, tem suas atividades disciplinadas em ato próprio baixado pelo Presidente.

Parágrafo único. As Auditorias da Justiça Militar poderão dispor de Contingente de praças, conforme entendimento dos Juizes-Auditores com as autoridades militares competentes.

Art. 171. Os órgãos de imprensa, e outros de comunicação social, poderão credenciar um profissional, perante o Tribunal, o qual será inscrito em livro próprio, a cargo do Secretário da Presidência ou de servidor designado pelo Presidente.

Parágrafo único. Por motivo de disciplina ou decoro, o Presidente poderá exigir, dos órgãos a que se refere este artigo, a substituição dos respectivos representantes.

Art. 172. Os Juizes-Auditores e seus substitutos usarão o vestuário previsto no Decreto nº 1.326, de 1º de fevereiro de 1954, para os Juizes de Direito, tendo bordado à prata, no punho esquerdo, o distintivo a que se refere o art. 18.

Parágrafo único. Em sua atuação perante o Conselho ou Tribunal, os Advogados-de-Ofício farão uso das vestes talares.

TÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 173. A licença especial, adquirida na forma da lei, não poderá ser gozada, simultaneamente, por mais de dois Ministros togados e três militares, salvo caso excepcional, a critério do Tribunal.

§ 1º. O Ministro entrará em gozo da licença referida neste artigo, quinze dias após a data da sua concessão.

§ 2º. Durante o prazo de que trata o parágrafo anterior, terão preferência para julgamento os processos postos em mesa em que o Ministro a ser licenciado figure como Relator ou Revisor, não lhe sendo mais conclusos outros processos, salvo os de *habeas-corpus* e mandado de segurança.

Art. 174. Enquanto não for mudada a mesa de julgamento o Procurador-Geral tomará assento à mesa que lhe é destinada, no recinto do Tribunal.

TÍTULO III

Das Disposições Finais

Art. 175. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente, ouvida a Comissão de Regimento Interno.

Art. 176. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1979. — *Reynaldo Mello de Almeida*, Presidente. — *Georgenor Acyilino de Lima Torres*, Vice-Presidente. — *Jacy Guimarães Pinheiro*. — *Héleio Ramos de Azevedo Leite* — *Faber Cintra* — *Octávio José Sampaio Fernandes* — *Deoclécio Lima de Siqueira* — *Ruy de Lima Pessoa* — *Gualter Godinho* — *Júlio de Sá Bierrenbach* — *Carlos Alberto Cabral Ribeiro* — *Dilermando Gomes Monteiro* — *Antonio Geraldo Peixoto* — *José Fragomeni* — *Jorge Alberto Romeiro*.

ATO DO PRESIDENTE

ATO Nº 5.116

O General-de-Exército Reynaldo Mello de Almeida, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar,

Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, item XXXI, do Regimento Interno, e de acordo com o artigo 9º do Decreto-lei nº 1.451, de 24/3/76, resolve.

Considerar Reajustado em 25% (vinte e cinco por cento), a contar de 1º/1/80 e 25% (vinte e cinco por cento), a contar de 1º/3/80, na forma do anexo, nos termos do Decreto nº 84.325, de 20/12/79, os valores da Indenização de Representação, para o pessoal militar, e da Gratificação de Representação, para o pessoal civil, deste Tribunal, aprovados pelo Ato nº 4.742, de 15/02/79.

Superior Tribunal Militar, Brasília, DF, 29 de janeiro de 1980. *Gen Reynaldo Mello de Almeida*

ANEXO

FUNÇÃO	Em 1/3/79	A partir de 1/1/80	A partir de 1/3/80
Assistente (Chefe de Gabinete)	16.228,00	20.285,00	25.356,00
Assistente (Subchefe de Gabinete)	11.302,00	14.127,00	17.658,00
Assistente (Chefe de Serviço)	9.041,00	11.301,00	14.126,00
Oficial de Gabinete	7.911,00	9.888,00	12.360,00
Auxiliar de Gabinete	4.268,00	5.335,00	6.668,00
Ajudante (Motorista)	3.767,00	4.708,00	5.885,00
A j u d a n t e	3.264,00	4.080,00	5.100,00

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SEGUNDA TURMA

1ª SESSÃO ORDINÁRIA

Pauta de Julgamento

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador Presidente da 2ª. Turma, faço público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 6 de fevereiro, quarta-feira, às 13,30 horas, serão julgados os processos adiados e constantes de pautas já publicadas, mais os seguintes:

Apelação Criminal

Nº 4082 — DF — Apelante: José Luiz dos Santos (Defensoria Pública) — Apelada: Justiça Pública — Relator: Des. Mário Guerrero — Revisor: Des. Juscelino Ribeiro.

Nº 4229 — DF — Apelante: Justiça Pública — Apelado: Antonio Fernandes Leal (Adv.: Dra. Elzuita Pinheiro Rocha) — Relator: Des. Helládio Monteiro.

Brasília, 29 de janeiro de 1980 — *José Jézer de Oliveira*, Secretário da 2ª. Turma.

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 1979

Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Lúcio Batista Arantes Subprocurador-Geral da Justiça, Doutor Francisco de Assis Andrade Secretário, José Jézer de Oliveira.